

Ensino da Teologia

Fundos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e outras instituições do centro do país

Não é do âmbito desta necessariamente breve exposição nem se prende com a temática que aqui nos reuniu fazer a história da Biblioteca da Universidade de Coimbra e dos fundos que ela alberga. Justifica-se, porém, um breve esboço do percurso que as obras antigas (e particularmente as de Teologia) fizeram, até darem entrada naquela instituição. E este percurso prende-se, antes de mais, com a história da Universidade em que se integra.

As notícias mais recuadas acerca da Universidade de Coimbra não mencionam especificamente uma Casa da Livraria, mas ela estaria, naturalmente, subjacente ao próprio ensino universitário. A primeira notícia que recomenda a fundação de uma Livraria digna da instituição que servia data de 1573, mas fica-se mesmo por aí. Não são mencionados os meios indispensáveis à construção das obras essenciais, nem se sabe de qualquer outra diligência efectuada nesse sentido. Nos Estatutos de 1591 e, mais tarde, nos de 1597, refere-se especificamente a necessidade da criação de uma livraria pública, tendo sido prevista, então, uma dotação para a “conservar e aumentar”. Esta expressão faz-nos pensar que não se partia do nada, mas que algo já existia, o que de resto é de prever, dado que outras instituições menos ilustres possuíam as suas próprias livrarias. Nestes Estatutos, além da Casa da Livraria, cita-se, inclusive, a necessidade de importar livros de Veneza e outras partes. A preocupação de manter a livraria aberta ao público está também patente, prescrevendo-se que estivesse aberta 3 horas de manhã e outras tantas de tarde durante os dias lectivos.

A construção do belo edifício setecentista que hoje se nos depara no Terreiro da Universidade e que é conhecido sob o nome de Biblioteca Joanina era uma ambição desde há muito patenteada pela Universidade de Coimbra em numerosas diligências junto do poder real, sem que da parte deste se dispusesse dos meios necessários a tal fim. É graças ao esforço do Reitor Nuno da Silva Teles que a tão almejada autorização oficial é concedida por provisão datada de Outubro de 1716; as obras ficaram totalmente prontas 12 anos depois, tendo os últimos 3 anos sido consagrados à rica decoração que ainda hoje fascina o visitante.

Em relação à temática que aqui nos congrega - o Livro de Teologia - há que fazer algumas considerações relativamente à sua presença no acervo da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Com efeito, não pode dizer-se que dos primitivos fundos bibliográficos constassem muitas obras de Teologia. A verdade é que estes estudos superiores eram feitos em moldes diferentes dos das outras faculdades. A maioria dos estudantes que os frequentavam provinha de ordens religiosas, e era exactamente nos colégios dessas mesmas ordens que, em boa parte, tais ensinamentos lhes eram ministrados; na verdade, a principal razão de ser destes colégios era precisamente o ensino da Teologia e das Artes. Os anos que, após a incorporação na Universidade, os alunos frequentavam, destinavam-se, sobretudo, à preparação para o doutoramento. E é justamente nas bibliotecas desses colégios que vão encontrar-se os acervos bibliográficos que apoiam estes estudos. O percurso destas obras iria, porém, sofrer várias vicissitudes.

Quando, por decreto de 28 de Maio de 1834, se suprimem em Portugal as ordens religiosas do sexo masculino, passando para as mãos do Estado a posse dos seus bens, foram entregues à Universidade de Coimbra os fundos bibliográficos das instituições religiosas - conventos e colégios da cidade - através de uma representação encabeçada pelo então vice-reitor, Doutor José Alexandre de Campos. Neste conjunto de instituições estavam igualmente englobados os do Colégio das Ordens Militares, assim como os dos Reais Colégios de São Pedro e São Paulo, colégios de graduados adjuntos à Universidade. Pode imaginar-se o enorme espólio bibliográfico que então coube à Universidade.

Deste conjunto avultavam, naturalmente, as obras de carácter teológico que, em grande número e frequentemente repetidas, foram, juntamente com todas as outras dos mais variados assuntos, colocadas nas enormes salas do andar superior do Colégio das Artes. Consta que o número destas obras ascendia a perto de 100.000. Cerca de um quarto destas obras foi

directamente levado para o edifício da Biblioteca onde, após ligeiras obras de adaptação e construção da competente estantaria, foi incorporado no piso inferior àquele que fica nivelado com o Terreiro da Universidade e que anteriormente albergava outras actividades. Destas obras, após selecção, foram levadas para o andar superior – salas nobres – algumas das que então se consideraram mais valiosas e raras. Ocorre dizer que começou por dar-se prioridade à catalogação deste acervo, o que levou ainda alguns anos a fazer. A partir de certa altura, reiniciou-se o processo de aquisição de obras, mediante verbas específicas a esse fim destinadas; a Imprensa da Universidade, por determinação datada de 1790, passou a depositar na Biblioteca, primeiro dois, depois um exemplar de cada uma das obras impressas nos seus prelos, no que foi secundada, a partir de 1870, pela Imprensa Nacional; convém não esquecer, porém, que muitos legados e ofertas continuaram a preencher as tabelas da biblioteca, facto que ainda hoje, volvidos mais de cem anos, continua a ocorrer...

Cabe aqui uma palavra no que toca ao papel do bibliotecário na génese desta biblioteca.

Já nos Estatutos de 1653, no título XLVI consagrado à Casa da Livraria, se afirma que “a pessoa que tiver cargo da dita casa e chave della será bom latino e saberá grego e hebraico, sendo possível: e terá conhecimentos dos livros pera os saber ordenar, e dar razão delles”. A importância crescente da Casa da Livraria começava a exigir uma preparação académica cuidada por parte dos responsáveis. Estes tinham a incumbência do acervo bibliográfico – durante muito tempo confiado ao síndico da Universidade, que tinha igualmente a seu cargo a indispensável aquisição de obras. O lugar de bibliotecário só seria criado em 1772, mas apenas com a implantação da reforma no seu lado mais prático o estatuto do bibliotecário passa a ver a sua função devidamente reconhecida. O primeiro bibliotecário, António Ribeiro dos Santos, tem como preocupação principal não apenas conservar os espólios bibliográficos nos depósitos, mas também servir-se deste manancial como força de promoção da própria reforma cultural. O mais curioso é que estes propósitos ultrapassavam em muito o vasto âmbito universitário, propondo-se mesmo a divulgação destes elementos culturais pelos diferentes extractos sociais, numa tentativa de difusão dos conhecimentos científicos, a nível mais vasto.

Quanto às aquisições – e à semelhança do que ainda hoje em algumas faculdades e departamentos se verifica –, o bibliotecário agregava aos seus critérios de selecção os dos professores de cada uma das Faculdades académicas e das Humanidades que, especificamente, lhe poderiam aconselhar as obras mais pertinentes às matérias que ministravam. Por

outro lado, temos notícia de que este primeiro bibliotecário, na sua constante inquietude intelectual, requeria frequentemente o envio de bibliografias, publicações periódicas e outros “livros de novas letterarias”, que lhe carream o que de melhor se publicava sobre as “Artes e sciencias entre as naçoens” e as várias novidades bibliográficas que sobre os diferentes assuntos eram publicadas. É aqui que se fala da disposição (que mais tarde seria determinada legislativamente e que conhecemos sob o nome de Depósito Legal) de que a Livraria da Universidade recebesse “hum exemplar de cada hum dos livros que se imprimissem nestes reinos”. Prevê igualmente, na mesma linha de pensamento, que a Livraria receba um exemplar de cada uma das dissertações que se recitassem na Universidade.

Mas voltando ao nosso propósito...

O remanescente acervo teve destino bem diverso: as obras foram dispersas pelas Faculdades, de acordo com as matérias que versavam, particularmente as das Faculdades de Medicina, Filosofia e as do Liceu instalado no antigo Colégio de São Bento (acervo hoje entregue à custódia da Biblioteca Geral). Estas são as instituições por quem foi feita a partilha inicial.

Os critérios de selecção não terão sido os mais rigorosos, provavelmente devido à urgência com que a divisão teve de ser feita, uma vez que o espaço que as obras ocupavam passou a albergar as enfermarias do Hospital, sendo os livros transportados, por seu turno, para o edifício donde o hospital saíra... Sucessivas comissões foram nomeadas que nunca resolveram de raiz o problema, até que, por portaria de 10 de Janeiro de 1866, grande parte destes livros foi vendida, revertendo o dinheiro em favor de melhoramentos da biblioteca e da aquisição de bibliografia mais recente, cujo perfil foi sendo orientado pelo Conselho das Faculdades.

Alheia a todo este dismantelamento e dispersão dos fundos bibliográficos dos conventos e colégios, escapou, como que por milagre, a Livraria do Real Colégio de São Pedro. Adjacente aos Paços da Universidade, o Colégio ocupava, desde 1572, um edifício doado por D. Sebastião. Era essencialmente um colégio para doutores ou licenciados e, por vezes, também para bacharéis das 3 Faculdades maiores – Teologia, Cânones e Leis – que se preparavam para o ensino; aquando da Reforma Pombalina e da criação das Faculdades de Filosofia Natural e Matemática, passaram igualmente a ser admitidos candidatos destas novas Faculdades.

Este fundo bibliográfico do Colégio de São Pedro permanece intacto ainda hoje no edifício da Biblioteca Geral, e o facto de ter escapado àquela

determinação deve-se a este núcleo ter sido atribuído ao uso do Reitor da Universidade e, como tal, não poder ser disperso.

Em 1917 o Senado da Universidade concedeu este espólio à Faculdade de Letras, exceptuando-se os livros de Direito, que foram imediatamente transferidos para a respectiva Faculdade. Mudada a Faculdade de Letras para o novo edifício (situado onde primitivamente se implantava o Real Colégio de São Paulo), aí se conservou até 1950, altura em que um novo edifício em frente passou a albergar a nova Faculdade de Letras e no lugar da anterior se erguia a Biblioteca Geral. A nova Faculdade não previa, contudo, espaço tão amplo como o que era necessário para este acervo. Daí a Livraria ter permanecido no mesmo local, conservando-se numa enorme sala, com bela estantaria a que preside o busto quinhentista do Apóstolo.

Apresenta, porventura, o perfil modelar das numerosas bibliotecas colegiais de então; aí se podem encontrar obras de Teologia Dogmática e Moral, Sagrada Escritura, Medicina, Física, Matemática, Filosofia, a par de obras de devoção, Liturgia, Direito Canónico, História da Igreja, Moral, Oratória Sagrada e ainda belas edições dos humanistas, algumas das quais nos surpreendem hoje pela “ousadia” de conteúdo, o que fala bem do esclarecimento intelectual dos responsáveis do colégio.

Dos fundos bibliográficos dos conventos e restantes colégios é que provém a grande colecção das obras de Teologia existente nos fundos da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Não fica salvaguardada, contudo, a exclusividade da presença da Teologia àquela biblioteca, uma vez que, na pressa já referida de distribuir o acervo, grande número de obras foi levado inadequadamente para algumas Faculdades.

Seguir o itinerário destas obras é tarefa relativamente facilitada pelas marcas de posse sob a forma de notas manuscritas – os chamados “pertences” – que nos informam da proveniência dos fundos. Em dia que, esperamos, não esteja muito distante, poderão elaborar-se os inventários das existências destas (e doutras) obras, que virão fornecer elementos imprescindíveis ao estudo do perfil das bibliotecas dos colégios universitários e, por extensão, das ordens religiosas que os regiam.

E, como já dizia Joaquim de Carvalho, ideia esta corroborada por outros, “uma livraria é sempre, pelo menos, o espelho de quem a organiza e dispõe”.

Tenho sido solicitada, em diversas ocasiões, em equipa ou sozinha, para organizar e tratar tecnicamente alguns fundos antigos de bibliotecas, particularmente de seminários. Estão neste caso as Bibliotecas dos Seminários de Coimbra, Leiria, Aveiro e Viseu; a do Santuário de Fátima foi a mais

recente, se exceptuarmos a do Instituto Português de Santo António de Roma, que no passado verão cataloguei com uma colega e que escapa ao perfil de bibliotecas de fundos exclusivamente religiosos e particularmente da Teologia que hoje nos ocupa.

Tem vindo a revelar-se uma experiência muito curiosa que espero continuar, até porque estas bibliotecas não catalogadas correm não apenas o risco de continuar desconhecidas, mas também o de, na ausência de um inventário, por mínimo que seja, virem a desaparecer, agora que as pessoas já se começam a aperceber do valor material dos livros antigos. Tem sido com constante preocupação (quase diria, angústia) que os responsáveis, particularmente os reitores destes seminários, têm vindo a enfrentar a falta de ordenação destes fundos antigos e, por vezes, a sua dispersão no conjunto dos acervos mais recentes e mesmo actuais. O seu isolamento em sala adequada e de leitura reservada tem acarretado não só um armazenamento mais correcto, mas frequentemente também uma racionalização do espaço para as novas e constantes aquisições.

Como dizia um velho Mestre, um livro não catalogado é um livro que não existe; daí, não é raro depararmos nestes fundos com verdadeiras raridades...

No que diz respeito à Teologia, os fundos são, obviamente, bem providos não só de autores estrangeiros, mas também portugueses.

Uma constante destes fundos teológicos - e aqui se engloba igualmente o acervo da Biblioteca da Universidade de Coimbra - é ver a actualização contínua a que se procedia nas aquisições, adquirindo-se edições sucessivas mais correctas, acrescentadas ou emendadas pelo próprio autor ou por outros. Este facto leva-nos a pensar que os agentes ligados a estas instituições se encontravam atentos ao que de melhor se publicava na Europa, sucedendo-se as edições saídas dos prelos de Roma, Veneza, Bolonha, Nápoles e as obras dadas à luz em Lyon e Paris, para já não falar da actividade tipográfica levada a cabo em Frankfurt, Colónia, Antuérpia, Basileia, Madrid ou Salamanca. A esta rápida e, quase diria, livre circulação da informação não é alheio o facto de a grande maioria das obras estar redigida em latim, língua que não conhecia fronteiras e que, nesta como noutras matérias, se revelava um veículo privilegiado e facilitador da comunicação. Os velhos (e ainda tão novos...) problemas de tradução e direitos de autor ficavam deste modo atenuados e a informação, apesar das dificuldades e lentidão dos meios de transporte, fazia-se com eficácia. Não raro deparamos, quando se trata de obras impressas em vários volumes publicados ao longo de anos, com uns volumes de uma e outros de outra edição, o que demonstra bem as sucessivas reedições da obra e a facilidade

com que se esgotavam, estando as bibliotecas atentas a estas mutações, salvaguardando a continuação do fornecimento da informação contida na obra. E isto apesar do seu alto preço, uma vez que, na grande maioria dos casos, se trata de obras de grande formato impressas em vários volumes.

No que toca à tipografia portuguesa nesta matéria, os principais centros de actividade impressória continuavam a ser Lisboa, Coimbra e Évora, não sendo alheio no segundo e terceiro casos o peso da instituição universitária.

Os teólogos portugueses imprimiam igualmente em pelos estrangeiros, embora em número relativamente modesto, se os compararmos com a imensa produção de tratados teológicos dados à estampa na Europa e cuja presença é constante nas bibliotecas analisadas. Dos portugueses que imprimiram lá fora podem salientar-se nomes como os de Jerónimo de Andrade (que imprimiu em Nápoles), Bartolomeu Guerreiro (Madrid), Fernando Martins de Mascarenhas (Sevilha), Inácio de Santa Maria (Veneza), Teodoro do Espírito Santo (Roma), alguns dos quais se salientaram particularmente no estudo da Teologia Mariana. O caso contrário é mais frequente, porém, quando verificamos que nos pelos da capital, Coimbra, Évora ou mesmo no Porto, foram dadas à luz obras de Prospero dell'Aquila, Hermann Busembaum, Jayme de Corella, Cuniliati, Favorino, Gerbert, Larraga, Félix Potestas, Andrew Michael Ramsay e outros muitos, além dos clássicos São Bernardo e São Boaventura.

Para dados concretos e, tanto quanto possível exactos acerca do estudo da Teologia no nosso país, necessário seria fazer-se um levantamento a nível das principais bibliotecas portuguesas que contêm fundos desta natureza, a maior parte deles, como atrás se disse, reunidos após a extinção das ordens religiosas. Obter esses dados não está de todo fora do alcance dos interessados, uma vez que vem sendo levado a cabo o Inventário do Património Cultural Móvel pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e que hoje, com os meios tecnológicos de que se pode dispor, ficará sobremaneira facilitado.

MARIA DA GRAÇA DA CRUZ PERIÇÃO